

43º Encontro Anual da Anpocs
21 a 25 de outubro de 2019 – Caxambu- MG

SPG01 A democracia em rede: técnicas, tecnologias e capacidades
participativas

A MOBILIZAÇÃO SOCIAL E APARENTE RESIGNAÇÃO DOS ATINGIDOS
PELO DESASTRE DE MARIANA NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR
VALADARES (MG): UMA REFLEXÃO SOBRE CAPITAL SOCIAL E
EMPODERAMENTO EM CONFLITOS DE ÁGUA

Alessandra Dale Giacomini Terra
Andreza Aparecida Franco Câmara
Napoleão Miranda

A mobilização social e aparente resignação dos atingidos pelo Desastre de Mariana no Município de Governador Valadares (MG): uma reflexão sobre Capital Social e Empoderamento em Conflitos de Água

ALESSANDRA DALE GIACOMIN TERRA

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito
(PPGSD/UFF) e bolsista CAPES*

alessandragterra@gmail.com

[ANDREZA APARECIDA FRANCO CÂMARA](#)

*Professora da UFF. Doutora pelo Programa de Pós Graduação em
Sociologia e Direito (PPGSD/UFF) e Pesquisadora FAPERJ*

andrezaafc@hotmail.com

NAPOLEÃO MIRANDA

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito
(PPGSD/UFF)*

napomir@gmail.com

RESUMO

O presente artigo pretende problematizar sobre a mobilização dos atingidos do Desastre Tecnológico de Mariana em Governador Valadares (MG), em especial pretende-se refletir sobre como a maior parte da população urbana deste município tem apresentando uma conduta de aparente resignação e apatia em um contexto emblemático de insegurança hídrica. Nota-se um processo de burocratização do conflito ambiental, que passa a ser discutido e gerido no âmbito de agrupamentos técnicos, onde as decisões ganham o manto da tecnicidade e neutralidade, afastando a participação popular. Porém a carência de arenas públicas não é o suficiente para entender a desmobilização dos atingidos, razão pela qual se buscou compreender este cenário a partir da categoria de capital social. A metodologia qualitativa, com método hipotético dedutivo, empregada consiste em revisão de literatura, análise de dados, entrevistas com atores locais e participação de audiência pública. Acredita-se

que este estudo de caso pode ser exponencial para se refletir sobre as barreiras a mobilização social e empoderamento, em especial em casos de conflitos de água.

Palavra-Chave: CAPITAL SOCIAL; DESASTRE DE MARIANA; PARTICIPAÇÃO SOCIAL;

Abstract: This article intends to problematize about the resource mobilization of the Mariana Technological Disaster in Governador Valadares (MG), especially when thinking about the majority of the urban population of this municipality that is suffering a behavior of apparent resignation and apathy in an emblematic context of water insecurity. There is a process of bureaucratization of environmental conflict, which is now being discussed and generated within technical groups, where decisions gain or handle technology and neutrality, removing popular participation. However, the lack of public arenas is not sufficient to understand the demobilization of the hits, why we try to find this scenario from the social category of capital. The qualitative methodology, with deductive hypothetical method, employed consists of literature review, data analysis, interviews with local actors and public audience participation. Believe that this case study can be exponential in reflecting on barriers to social mobilization and empowerment, especially in cases of water conflict.

Keyword: SOCIAL CAPITAL; MARIANA DISASTER; SOCIAL PARTICIPATION;

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende problematizar sobre a (des)mobilização dos atingidos do Desastre Tecnológico de Mariana no Município de Governador Valadares (MG), decorrente do rompimento da Barragem de Fundão, integrante do sistema da Mineradora Samarco, empresa de capital fechado controlada pela BHP Billiton Brasil Ltda e pela Vale S.A, em 05 de novembro de 2015.

Em especial pretende-se refletir sobre como a maior parte da população urbana desse município tem apresentando uma conduta de aparente resignação e apatia em um contexto emblemático de insegurança hídrica.

Em Governador Valadares, após a contaminação do rio Doce pelos rejeitos de mineração, houve interrupção no serviço de abastecimento de água entre os dias 8 a 14 de novembro de 2015, uma vez que o sistema de captação dependia integralmente desse rio. Mesmo tendo sido retomado no dia 15 de novembro de 2015, ou seja, há quase quatro anos, ainda hoje a população apresenta desconfianças quanto à qualidade da água o que foi fomentado por um contexto apelidado de “Guerra de laudos”, em razão dos constantes e inconclusivos embates técnicos sobre sua potabilidade.

Em outro artigo, pesquisamos sobre esta “Guerra de laudos”, que tinha por um lado o Serviço de abastecimento de Governador Valadares (SAEE), que atestava que a água se encontrava dentro dos padrões exigidos pelo Ministério da Saúde, enquanto por outro lado, tinham-se laudos técnicos de consultores independentes e do Ministério Público de Minas Gerais, e vimos que isso resultou em um contexto de disputas simbólicas, em que mais do que um confronto sobre a análise dos aspectos físico-químicos da água, tinha-se uma embate sobre a legitimidade de discursos a fim de impor uma definição de verdade (BOURDIEU, 1976) e que esta hegemonia do discurso científico alijou a participação da sociedade civil, que desprovida de um espaço público de discussão, não pode participar do processo decisório - que definiu a implementação apenas um sistema de alternativo a fim de diminuir a dependência do Rio Doce, mantendo-se a captação da água do rio contaminado - e permanece em estado de desconfiança evitando o consumo da água fornecida pelo Município (TERRA, MIRANDA e CAMARA, 2018).

Apesar da descrença e insatisfação da população urbana em relação à qualidade da água e do temor de futuramente desenvolver doenças graves em razão da contaminação da mesma, os debates sobre o tema estão cada vez mais esparsos e setorizados. Nota-se uma postura de aparente resignação.

Ao mesmo tempo, em que não confiavam na qualidade da água fornecida pelo serviço de abastecimento do município, buscando fontes alternativas de

água¹, os indivíduos se mostravam “resignados. Ao conversar informalmente ou entrevistar os mesmo, estes expressam revolta, inconformismo, se mostram preocupados com a possibilidade da água gerar doenças graves como câncer e Alzheimer, ou caracterizam tal situação como absurda, ou mesmo parecem resignadamente aceitar isso como uma situação consolidada. Assim veio a necessidade de reflexão do porquê as pessoas, ao mesmo tempo, discursavam inconformadas e descontentes, mas permanecem inertes. Por que o inconformismo não se exterioriza na forma de ação social? Por que mesmo em um contexto tão grave há tanta dificuldade de mobilização social?

Acredita-se que esta dificuldade de articulação social vivenciada pelos valadarenses decorre em parte do uso de técnicas de gestão de conflitos socioambientais importadas do receituário internacional que se baseiam em imposição de consenso ficto, bem como pelo modelo implementado pelo Estado para gerenciar a responsabilidade civil das empresas mineradoras, a Governança Interfederativa. Consequentemente, a hipótese central deste trabalho é que o uso de técnicas negociadas e o insulamento tecnocrático no Comitê Interfederativo mitigariam o acúmulo de capital social dos atingidos. Pois ao mesmo tempo em que temos uma maioria apática, vemos indivíduos irresignados não apáticos.

A literatura sobre capital social vem há décadas se dedicando a questão da possibilidade de se estimular o capital social (e como). Acredita-se que seja relevante estudar sobre como em cenários neodesenvolvimentistas e de desastres vem sendo desenvolvidas técnicas pelo grande capital num caminho inverso, ou seja, de mitigação, ou melhor, de contenção.

DA CONTRATUALIZAÇÃO E DA BUROCRATIZAÇÃO DO CONFLITO COMO FORMA DE DESPOLITIZAÇÃO

Acserald e Bezerra (2007) destacam que no último quartel do Século XX verificou-se uma tendência de alocação de atividades na América latina em busca de acesso a recursos naturais nela localizados, chocando-se com as

¹ Os valadarenses em regra, atualmente compram água mineral, constroem poços artesianos ou utilizam água de nascentes a fim de não consumir a água fornecida pelo serviço de abastecimento municipal.

formas de apropriação e significação locais, resultando em uma disseminação dos conflitos ambientais. Estas disputas pelos recursos territorializados, incluem as disputas discursivas, ou seja, de representação, razão pela qual ganha-se destaque uma busca por uma imagem de coesão social pelo mercado. Neste cenário, tem-se a disseminação de tecnologias de conflitos ambientais, muitas vezes originárias de países centrais, e com justificativa que tais disputas teriam origem em uma “falta de instituições”.

Desta forma, o aumento dos conflitos socioambientais no contexto “neoextrativismo progressista” (GUDYNAS, 2012) e “reprimarização” das economias da América Latina (SVAMPA, 2013) e o uso de formas alternativas de resoluções de conflitos ambientais consistiriam em uma estratégia que busca retirar o conflito da esfera pública, despolitizando o debate sob a justificativa de busca de eficiência e da harmonia.

No caso do Desastre de Mariana verifica-se que a aplicação destas técnicas permitiram a geração de uma imagem fictícia de pacificação social consensual e de superação do desastre, almejada pelas empresas causadoras do dano para o reestabelecimento de sua imagem, enquanto sustentável, o que é essencial para legitimar a própria atividade mineradora.

A aplicação da *Alternative Dispute Resolution* (ADR) neste desastre se materializou na forma de Programa de Indenização Mediada (PIM), junto com os atingidos, mas também na celebração de transações entre o Estado e as empresas mineradoras com a finalidade de estruturar uma gestão do desastre.

Após o Desastre Tecnológico de Mariana foram constituídos agrupamentos técnicos, com a finalidade de avaliar os impactos sociais, ambientais e econômicos do Desastre², que definiram 41 programas de compensação e reparação socioambientais e socioeconômicos que vieram a compor Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), celebrado em 02 de março de 2016 pelas empresas mineradoras Samarco, BHP Billiton Brasil Ltda e pela Vale S.A, a União e os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Este

² Tem-se destaque a Portaria nº 2, de 6 de janeiro de 2016, do Ministério do Meio Ambiente, que instituiu um Grupo de Trabalho com a finalidade de Coordenar a “posição ambiental na esfera federal”, bem como o Decreto s/nº de 12/11/15, que instituiu o Comitê de Gestão e Avaliação de Respostas ao desastre ocorrido nas barragens do Fundão e de Santarém no Município de Mariana

acordo, realizado sem a participação dos atingidos, dos municípios atingidos, da Defensoria e do Ministério Público, previa ainda a constituição pessoa jurídica de direito privado, que veio a ser a Fundação Renova, e que esta seria fiscalizada pelo Comitê Interfederativo (CIF) que viera a ser criado a fim de administrar a gestão da compensação e reparação ambiental do desastre, recebendo também o nome de Governança Interfederativa.

Conforme analisamos em outro artigo (TERRA, CAMARA E MIRANDA, 2019), a Governança Interfederativa é um produto da adoção das técnicas de resolução negociada e que nesta forma de gestão do desastre vem preponderando a falta de participação social, em razão da carência de instâncias de participação. A própria constituição da Governança Interfederativa se deu sem participação popular, seja no processo de contratualização do conflito mediante o TTAC, seja pela estruturação dos programas, que embasam a atuação da Renova e do CIF pelos agrupamentos técnicos. O CIF foi constituído sem discussão pública e define sua atuação em programas definidos sem participação social. A estrutura e sua lógica de funcionamento vêm sendo acima de tudo burocrática, tendo-se um diálogo que contempla essencialmente o setor público e as empresas mineradoras (mercado), e em que a participação da sociedade civil é mediada pelo ministério público ou pela defensoria, ou se resume a concessão de poucos minutos de fala. Mesmo adotando a terminologia governança, que tem em seu centro a ideia de participação, o CIF opera como uma estrutura tecnicista de gestão de desastre, em que prepondera jargões técnicos e sem espaço ao leicismo dos atingidos, resultando em uma pacificação social por meio de imposição de consensos e negação de conflitos.³

O referido TTAC foi contestado pelo Ministério Público Federal, por movimentos sociais e pesquisadores por diversas razões, entre elas a ausência de participação efetiva dos atingidos nas negociações, uma vez que nem os programas nele previstos nem os termos do acordo foram discutidos com a sociedade civil.

³ Esta problemática pode mudar uma vez que o TAC-Gov previu algumas alterações na estrutura do CIF e da Renova, de modo a permitir maior participação dos atingidos, como a criação das Comissões locais e das assessorias técnicas pelo território atingido pelo desastre. Porém cabe refletir sobre como este lapso de praticamente quatro anos entre a data do crime socioambiental e a constituição destas instâncias, podem ter influído no processo de capital social pelos atingidos.

Com o TTAC e a constituição do CIF houve uma centralização decisória neste, implicando em uma carência de arenas locais de participação, o que pode ter levado a uma amortização dos ânimos e do conflito. Não há no âmbito municipal local de expressão das inquietações, demandas, insatisfações dos atingidos, aqui obviamente desconsiderando eventuais reuniões ou apresentações realizadas pela Renova, tendo em vista o conteúdo predeterminado das mesmas.

Posteriormente em 2017, o MPF e as empresas causadoras do dano firmaram um celebraram um Termo de Ajustamento Preliminar (TAP), uma espécie de acordo prévio visando o estabelecimento de uma transação, entre as empresas mineradoras e o MPF. O TAP previa a contratação de *experts* custeados pelas empresas e representou uma transferência para estas organizações a elaboração do diagnóstico socioeconômico e socioambiental, que até então fora realizado pelas empresas mineradoras.

Alguns meses depois foi estabelecido um Termo Aditivo ao TAP, definindo que a elaboração da matriz de danos passaria a responsabilidade da FGV, deixando de ser atribuição das empresas mineradoras; a criação do Fórum de Observadores; e a criação de Assessorias Técnicas.

Em 25 de junho de 2018, foi firmado o TAC- GOV, desta vez contando com a aceitação dos Ministérios Públicos e Defensorias, sobre justificativa deste realizar mudanças nas estruturas que permitiriam uma maior participação popular. Neste sentido, verifica-se que o TAC-Gov prevê a constituição de 19 Comissões Locais e de contratação de assessorias técnicas aos atingidos e de mudanças na estrutura interna do CIF e da Fundação Renova.

A adoção da contratualização individualizada com os atingidos por meio do Programa de Indenização Mediada (PIM) também contribuiu para uma imagem de eficiência e superação do desastre e a despolitização do conflito. As transações eram realizadas sem a intermediação de um mediador, sem assistência jurídica e através de propostas não negociáveis.

Conforme Zhouri a contratualização do conflito em uma sociedade desigual como a nossa, elimina o dissenso “por meio das tentativas de restringir a fala dos atingidos ao lugar em que se espera que eles falem: o lugar da

aceitação, do ajuste, da negociação, do consenso” (ZHOURI, 2014). A impossibilidade de barganhar os termos do acordo dava ao atingido apenas condição de passividade com a possibilidade de aderir ao mesmo ou não.

O PIM foi apresentado enquanto modelo hegemônico para gestão da reparação e compensação dos danos dos atingidos, pautado em propostas padronizadas e sem espaço de contestação e disputas, restando apenas a possibilidade de anuência. Com isso o padrão de eficiência passa ser quantitativo, bastando saber quantos acordos foram fechados.

Ao se dizer que foram fechados X acordos ou que foram realizadas Y reuniões, abstrai-se da realidade conflituosa para representação numérica. Deixa-se de analisar em nível local os efeitos e a reparação, para se ilustrar o inconsciente coletivo com um numerário de vultuosos dígitos, o que com um desastre desta dimensão não é algo difícil. Mas isso permite uma imagem de que os problemas estavam sendo ou foram resolvidos e que o desastre estava sendo ou fora superado, sem que se tenha informações de até que ponto estas soluções apresentadas são compatíveis com as demandas locais.

Na imagem abaixo, obtida no site da Fundação Renova vemos não só como os números recebem destaque na divulgação das informações da Fundação, mas como o conteúdo é organizado a partir destes. A centralidade no numerário permite não só que a empresa amortize o inconsciente coletivo com uma ideia de eficiência, como também um afastamento da realidade concreta conflituosa. Os números são representações despolitizadas. Eles não geram empatia ou solidariedade.



Imagem 1 – Imagem obtida no site da Fundação Renova – Observar o destaque dados aos números e como as informações são organizadas e divulgadas de forma centralizada nestes.

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE ATINGIDO

A formulação de vínculos identitários é imprescindível ao processo de acúmulo de capital social, e não por acaso neste caso concreto está em disputa o conceito de atingido ou mesmo a categoria adequada a ser utilizada para se referir aos que sofreram danos pelo desastre de Mariana.

Após o desastre de Mariana coube as empresas causadoras do dano realizarem o cadastramento emergencial dos atingidos. Esta incumbência com o TTAC (CLÁUSULA 19) passou a ser da Fundação Renova (Cadastro Integrado) e compunha um dos programas, o “Programa de levantamento e de cadastro dos IMPACTADOS”.

Uma consequência de atribuir o cadastramento às empresas causadoras do dano foi que elas passaram a concentrar um poder de definição oficial de quem são atingidos e, conseqüentemente, quem faria jus ao auxílio financeiro e a eventual reparação financeira futura, sem dar espaço para os indivíduos formularem sua identidade de atingido ou compreenderem-se como parte deste grupo.

Conforme destaca representante do Centro Agroecológico Tamandoá (CAT) de Governador Valadares:

"Ele [auxílio emergencial] é extremamente necessário, mas sim a forma como ele está sendo construído ele atrapalha. Não tem critério para definir quem é atingido, não tem critério para definir quem vai ser indenizado, por exemplo, a violação das mulheres foi gritante. Mulher que sempre teve a sua renda foi inserida como dependente do homem, do companheiro. Mulher que sempre teve sua autonomia financeira, foi colocada como dependente do companheiro. Eu vi caso de mulher que é separada há muito tempo e que o companheiro colocou ela e os filhos como dependente. Ela teve que brigar para ser reconhecida como atingida. A vida das mulheres não importa para Samarco, para Vale, para a Renova. As mulheres talvez elas tenham tido o direito mais violado que os homens. talvez não, elas tiveram. Mas elas tiveram de uma forma gritante que ninguém enxerga." (B, 2019)

Há um histórico recente no país de como a busca pela obtenção de certas políticas públicas contribuíram para um processo identitário, o que não se repetiu no caso concreto, uma vez que ao invés da criação de um direito destinado a um certo grupo social e do auto reconhecimento como uma forma de obter um direito, teve-se a heteroidentificação pela empresa causadora do dano e de demandas por obtenção de uma benesse.

O MAB contesta que não caberia à empresa estabelecer quem teria direito ou não a reparação e ao auxílio emergencial, propondo o critério da autoidentificação.

Outra questão contestada é a comprovação da condição de atingido e dos prejuízos. O ônus probatório acaba recaindo sobre o atingido que tem que se provar enquanto tal. Ainda hoje, são inúmeros os relatos de atingidos com dificuldade de comprovarem sua condição ou demonstrarem a extensão de seus prejuízos, como por exemplo, a dificuldade de apresentar notas fiscais.

Além de definir quem é atingido o TTAC concedeu a Fundação Renova a tarefa de prever realizar o levantamento das perdas materiais dos atingidos. Esta questão também gerou muita polêmica não só porque os valores atribuídos aos bens na matriz de danos estarem abaixo do valor de mercado e por não considerarem a realidade local, mas também porque se concedeu as empresas causadoras do dano a tarefa de definir os mesmos, e com isso a extensão da responsabilidade das empresas. A Fundação passa a definir o quanto cada um vai receber e, conseqüentemente, o quanto cada um foi

atingido. Daí a importância do TAP e seu aditivo terem transferido tal incumbência a outras entidades.

Segundo representante do MAB:

"O programa de Indenização ele viola. Ele escolhe para quem ele vai indenizar. Ele escolhe quem é reconhecido como atingido. ele desconstrói as organizações das pessoas, ele vem cortando pessoas. Muitas lideranças que estavam ali pautando luta, elas foram retiradas. Algumas foram retiradas, outras foram talvez indenizadas por um valor maior. Então assim, pro cê (sic) que conhece lei e que consegue mobilizar muita gente, a indenização é R\$80.000,00 pro outro ali que não tem leitura e que só fica no canto dele e não consegue mobilizar gente, te oferecem 10, 15 , 12 mil. Indenização de vida, sabe. De um ano. Que você teve sua vida violada.

Há inúmeros relatos de que atingidos teriam medo de participar de movimentos sociais com medo de represália na hora de obter o auxílio individual ou indenização ou ser prejudicado quando da quantificação destes.

ORÇAMENTO DESEQUILBRADO

Confira o valor atribuído pela Fundação Renova a alguns dos bens que atingidos perderam (Valores em R\$)



*Pesquisa com cinco fornecedores diferentes em Marliana, Barra Longa, Governador Valadares e via internet, desconsiderando frete

ANIMAIS PERDIDOS



INDENIZAÇÕES POR DANO MORAL

| | | | |
|--|----------------------|--|------------|
| Deslocamento físico de estabelecimentos comerciais fixos | R\$ 16 mil | Interrupção da atividade de pesca | R\$ 10 mil |
| Desalojamento temporário e perdas de bens (incluindo com valor sentimental) causado pela perda do acesso à residência e quintais | R\$ 5 mil (família) | Invasão da propriedade rural pela lama | R\$ 16 mil |
| Desalojamento temporário e perdas de bens pessoais (incluindo com valor sentimental) por dano parcial à residência | R\$ 10 mil (família) | Perda definitiva de residência e bens pessoais (incluindo com valor sentimental) | R\$ 15 mil |
| Perda do acesso ao imóvel impactado | R\$ 20 mil (família) | Deslocamento definitivo do impactado | R\$ 60 mil |
| Deslocamento temporário do impactado | R\$ 40 mil | Interrupção temporária do fornecimento de água | R\$ 880 |
| | | Interrupção temporária do fornecimento de água (Governador Valadares) | R\$ 1 mil |

Fonte: Fundação Renova e reportagem

Imagem 2 – imagem obtida no site do Estado de Minas (online) de 08/04/2018 em que se verifica as divergências de valores na matriz de danos elaborada pela Fundação Renova.

Outra questão que merece destaque é a disputa pela definição da categoria a ser utilizada para definir aqueles que sofreram danos com o Desastre de Mariana. Enquanto as empresas causadoras do dano utilizam o termo IMPACTADO, o que muitas vezes é reproduzido por membros do governo em seus discursos, o movimento social faz uso da expressão ATINGIDOS⁴, em especial o MAB que há anos luta pelo reconhecimento desta categoria. Segundo representante do MAB:

“Assim Valadares, eu não sei se você acompanhou desde o início mas a lama passou, a captação de água foi suspensa aqui, ficou então 13 dias no total sem água alguns bairros ficou mais, outros menos por causa da altura né, demorou mais para chegar água, mas o município inteiro ficou sem água, então praticamente 100% população de Valadares é atingida pela barragem, atingida pela lama.

E tem categorias de atingidos, a gente chama de categorias de atingidos, diferentes do sujeito urbano que ficou sem água, e mesmo o sujeito urbano, tem no meu caso eu só estando em casa prejudicou o meu dia a dia, mas tem gente que usavam para produzir aí ficou sem produzir também né então tem prejuízo adicional. E aí também tem uns outras categorias de atingidos que estão vinculados ao Rio a margem do rio. Tem agricultor que plantava na margem do rio, que lama passou perdeu a plantação que tinha época, inviabilizou o plantio durante muito tempo. Tem um agricultor que usa usava a água do rio para irrigar que também ficou prejudicado, teve que suspender a irrigação, tanto porque não tinha condição física da água irrigar e também depois não tinha confiança se água se podia irrigar ou não. Durante um período a própria empresa falava que não era para usar água e depois eles começaram a forçar os atingidos a voltar a usar a água né. tem o produtor Ali na beira do rio também usava o rio para criar seu animal. tem os ilheiros plantavam em ilhas mesmo problema dos agricultores né e ficou inviável. Tem o pescador artesanal quanto o industrial, e de uma forma geral as pessoas que usaram ir para lazer, né caiaque, para pescar, para nadar, que também perderam seu lazer. Balseiros também que transportavam o pessoal. Em geral é isso assim. Se falar atingido, tem várias formas de ser atingido.

E aí o que você falou do termo, ah tem gente que uso o termo impactado na verdade o termo impactado é usado pela empresa, hoje é a Renova, né você sabe as três empresa

⁴ Convém observar que o TAP e seu aditivo e o TAC-Governança e o novo regimento do CIF adotaram a terminologia ATINGIDOS ao invés de IMPACTADOS, tal como se teve no TTAC e no primeiro Regimento do CIF. Observar que o MP e a Defensoria participaram destas transações e não do TTAC.

Samarco, Vale e PHP fizeram uma Fundação que é responsável pela reparação da Bacia, na verdade terceirizou, mas ela fez de forma que ela tem total controle da Renova, quem controla a renova são as três empresas. E aí, a Renova usa o termo impactado não por acaso não é isso a definição de atingido é uma luta política, uma luta político que o MAB vem travando há muitos anos e nós usamos esse termo atingido historicamente e demos significado social para a palavra atingido, e hoje atingidos por barragens são todas as pessoas que foram e se sentem prejudicadas pela construção da barragem, pelo rompimento barragem, enfim, por tudo que uma barragem provoca (...)

Diante disso, para não trazer todo essa carga, trazer a história de lutas atingidos, também trazer a identidade atingido pela barragem, eles usaram o termo impactado, e aí também tem os pesquisadores que falam né que as empresas elas tem uma tática de tecnicizar o debate. Tratar o debate como uma coisa técnica. E não é técnico coisa nenhuma é um debate político. você tá discutindo quem tem direito e quem não tem, quem vai ficar quem vai ganhar e quem vai perder. Isso é um debate político, fundamentalmente político e eles tentam dizer que não, é técnico, que tudo que a gente faz é técnico, tudo que a Fundação renova faz é técnico, que elas têm técnicos, ela tem câmaras técnicas que vai fazer resoluções, e aí tem o CIF, e ela vai seguir só o que ... mentira, ela tem um corpo de dirigentes e ela faz o que os dirigentes mandam ela fazer e os dirigentes obviamente estão seguindo as diretrizes das empresas. Então mas uma das coisas que eles fazem é esse discurso técnico e o tema impactado é um termo importado da física, Impacto é um conceito da Física, não é um conceito da sociologia, da biologia, da sei lá o que for, inclusive tem uma pesquisa que fala, o termo adequado para se usar é dano porque impacto inclusive pode ser positivo, pode ser negativo, e eles mesmo usam isso. Ah tem o Impacto positivo e negativo. Não o termo correto é correto é dano, porque alguma coisa foi destruída, danificada. mas aí eles usam e relutam em usar. Você pode ver que os funcionários da Renova e antes da Samarco eles eram treinados. Assim você ver o que um falava, todos os outros falavam iguais, até as palavras que eles usam, é isso tem um treinamento básico ali, umas cartilhas e falam aquilo ali, e o termo impactado é isso. E como eles trataram desse jeito, uma para a sociedade assimilou isso, ai você vai lá negociar sua indenização no PIM que é o programa de indenização mediada. Ai você é o impactado, num sei o que impactado, e ai as pessoas vão assimilando isso. “E aí os atingidos não tem dimensão da coisa, da disputa que é, mas a empresa tem” (G, 2018)

A respeito da categoria atingido Benincá. destaca que:

O adjetivo atingido encerra uma significação larga que pode, a rigor, abranger modos positivos ou negativos. Dado a conhecer como um identificador dos que sofrem impactos negativos, ainda assim permanece extremamente amplo. É possível, pois, que alguém seja atingido de forma mais agressiva ou mais suave; de maneira direta ou indireta; em grau mais elevado ou menos elevado; sem ressarcimento ou com ressarcimento; com maiores ou menores efeitos materiais e simbólicos etc. De todo modo, parece claro aos integrantes do MAB o reconhecimento de sua condição de “dominados” por mecanismos jurídicos, econômicos, políticos e ideológicos do capitalismo. Isso não significa, porém, que aceitem tal estatuto. O adjetivo “atingido” pode ser transformado em verbo “atingir” (por exemplo, a cidadania) por esses indivíduos quando abandonam sua situação passiva e avançam na condição de sujeitos da história.” (BENINCÁ, 2011, p. 97)

Assim, mas do que uma disputa semântica se trata de uma disputa de construção identitária. Castells (1999, p.23) destaca a possibilidade de identidades múltiplas e entende identidade como “o processo de construção de significado” e ressalva a importância de se refletir sobre como e a partir de quem a identidade coletiva é construída, uma vez que são construídas em contextos de relações de poder, apresentando três formas categorias: (i) a identidade legitimadora (oriunda de instituições dominantes, visando legitimar sua dominação); (ii) a Identidade de resistência (criada por atores subalternos visando resistência e sobrevivência à dominação); e (iii) a Identidade de projetos.

Esta última é definida pelo autor como sendo aquele em que os “atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar transformação de toda a estrutura social” (Castells, 1999, p.24). Há assim, uma oposição entre a identidade de projetos historicamente defendida pelo MAB, a de atingido, e a identidade legitimadora de Impactado utilizada pelas empresas.

Conforme Vainer a categoria atingido trata-se de um conceito em disputa, pois tal noção implica em reconhecimento, ou seja, na legitimação, de direitos (VAINER, 2007).

Zhourri apresenta o conceito de sofrimento social que “consistem em experiências ativamente produzidas e distribuídas no interior da ordem social”,

criticando que no Brasil, predomina uma definição técnica e administrativa do atingido, que visualiza o sofrimento apenas quando demonstrável por meio de diagnósticos, laudos ou exames, ou seja, apenas importando se constituir o que denominou de “sofrimento métrico”. A autora destaca ainda que além desta exigência de demonstrabilidade do sofrimento, “as agências corporativas e públicas respondem institucionalmente às suas demandas, submetendo-as a uma inflexão técnica que promove a desautorização de suas narrativas” (Zhour, p. 37-38).

Uma vez que estas narrativas são importantes para o desenvolvimento de uma memória social, acredita-se que neste caso o processo de desenvolvimento de uma memória coletiva foi prejudicado por uma carência de espaços públicos e por uma narrativa de superação do desastre que nega as demandas latentes da sociedade civil.

Pollak (1992, p.204) entende que “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade tanto individual, como coletiva, na medida em que ela é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”, e ressalva que “A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros” e que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e políticos.

No contexto caótico vivenciado após a interrupção do serviço de abastecimento de água na época da contaminação, os vínculos de solidariedade social se estabeleceram, principalmente junto as camadas mais populares, manifestando-se em compartilhamento de água de nascentes por exemplo. Após o serviço ser estabelecido, foi atestado pelo SAEE e pelas empresas causadoras do dano que a água estava potável e passou-se a adoção de medidas mais individuais como a compra de água ou construção de poços artesianos.

Mais de uma vez entrevistei e conversei com pessoas que não se viam como atingidas (ou impactadas) até perguntar a elas sobre a época da interrupção do abastecimento e se elas confiam na água fornecida pelo serviço de abastecimento. Chama atenção o fato de que ainda que tenham vivido um contexto precário ficando sem água por dias, e ainda que hoje ainda convivam

com consequências do desastre, as pessoas tenham dificuldade de se verem como atingidas.

Talvez por se tratar de um desastre de tão grandes proporções em que pessoas morreram ou tiveram de ser realojadas de suas casas, o que foi intensamente veiculado pela mídia, as pessoas imaginem só como atingidos aqueles que foram mais intensamente prejudicados pelo rompimento da barragem. Ou talvez isso seja reflexo de um longo histórico de criminalização do movimento social, uma vez que as pessoas, em regra, relacionam os movimentos sociais a balbúrdia, a pobreza e a vagabundagem. Em uma cidade de maioria conservadora como Valadares é possível se imaginar que parcela da população negou sua condição de atingido por não querer pertencer à mesma categoria que setores populares. Academicamente o MAB é apresentado como tendo por membros setores populares e historicamente marginalizados:

Entre os segmentos sociais que o Movimento dos Atingidos por Barragens reúne estão: camponeses, trabalhadores rurais, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, populações urbanas e outros que pertencem a grupos sociais inferiorizados e invisibilizados. Participam jovens, adultos, crianças e idosos, homens e mulheres, pessoas de diferentes etnias historicamente subjugadas, marginalizadas e excluídas (Benincá, 2011, p. 94)

MOBILIZAÇÃO E CAPITAL SOCIAL

Para Putnam “o capital social diz respeito à característica da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 2006, p. 177).

Fernandes analisa a genealogia e o desenvolvimento do conceito de capital social, e conceitua o mesmo como "a existência de laços de confiança e reciprocidade estabelecidos que tornarão possíveis a mobilização dos indivíduos para a ação coletiva" (FERNANDES, 2001, p.3).

Segundo Coleman:

Capital social é definido por sua função. Não é não uma única entidade, mas uma variedade de diferentes entidades, com dois elementos em comum: todos eles consistem de algum aspecto de sociais estruturas, e eles facilitam certas ações de atores –que pessoas ou agentes corporativos - dentro da estrutura. Como outras formas de capital social, o capital é

produtivo, tornando possível a realização de certos fins que na sua ausência não seriam possíveis. Como o capital físico e o capital humano, o capital social não é completamente fungível, mas pode ser específico para determinadas atividades. (Coleman, 1999, p. 98, tradução livre)

Diante da dificuldade de constituição de vínculo identitários e adesão a movimentos sociais ou organizações representativas, tem-se um cenário de ausência do fechamento necessário, segundo Coleman (1988) à proliferação de obrigações e expectativas coletivas essenciais para o desenvolvimento de confiabilidade.

Estabelecer relação de confiança se torna ainda mais complicado em um município como Governador Valadares com seu histórico de violência e conflitos fundiários⁵, o que se acredita que também pode ter dificultado o estabelecimento de laços de confiança e o acúmulo de capital social.

Nota-se também que as coletividades que historicamente já passaram por este encapsulamento apresentam indivíduos com maior capital social e são mais atuantes. Tais instituições e movimentos sociais se mostram interligadas. Além de atuarem conjuntamente em projetos, muitas possuem membros em comum ou participam das mesmas arenas públicas. Este emaranhado de relações sociais permite que tais indivíduos tenham vínculos de solidariedade e confiança, ainda que tenham posicionamentos diferentes. O que é muito diferente quando do contato com indivíduos alheios a essa rede, situação em que há uma explícita desconfiança.

Nota-se ainda que neste município após imediatamente o desastre houve um momentâneo fortalecimento de certas organizações de interesse que tiveram seus membros diretamente atingidos, como a Associação dos Comerciantes de Areia do Rio Doce (Acard), que, porém foi se reduzindo com o passar do tempo. Por que estas instituições vêm vendo um declínio na participação de seus membros se os problemas decorrentes do desastre persistem?

Talvez, algumas medidas adotadas pelas empresas possam ter contido o processo de desenvolvimento de capital social de seus membros. Inclusive, pela

⁵ Ver Território, sociedade e modernidade / organizadores: Jean Luiz Neves Abreu, Haruf Salmen Espindola. – Governador Valadares : Ed. Univale, 2010 e PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. Nas terras do rio sem dono. Codecri, 1988.

a falta de articulação com outras coletividades, que possibilitariam uma ampliação das redes de relações sociais.

Putnam entende que o Capital social constitui um “bem público”, diferente das outras formas de bem privado (PUTNAM, 2006, p.180), uma vez que os laços de confiança e reciprocidade ao permitir a mobilização dos indivíduos e a cooperação social, melhoram o desempenho institucional, o que evidencia a importância de que haja participação dos atingidos na gestão do desastre e nos leva a uma reflexão sobre como medidas que restrinjam o do capital social dos atingidos pode afetar a gestão do conflito ambiental.

Esta correlação entre engajamento cívico e desempenho institucional também vem sendo defendida pelo Banco Mundial, que compreende que capital social é essencial para desenvolvimento sustentável (FELDMAN, 1999 *et al*).

Como destacamos acima se verifica em Governador Valadares, que apesar da aparente resignação preponderante na população, alguns indivíduos ligados aos movimentos sociais apresentam um inconformismo não apático e que nesta rede social a questão da qualidade da água ainda não é algo tido como superado.

Nota-se que os indivíduos “não apáticos” entrevistados participam em regra de mais de uma organização ou movimento social e que estes em geral foram influenciadas ou fomentadas pela atuação de setores da Igreja Católica ligados a teologia da libertação, em especial a Cáritas, que inclusive foi escolhida para prestar assessoria técnica aos atingidos no município. Há também relatos individuais que apontam a Igreja católica teria sido importante em sua trajetória pessoal para atingir a militância.

Exemplo desta atuação de fomento a mobilização social foi a criação, em 2009, do Fundo Diocesano de Solidariedade na localidade com a finalidade de:

fortalecer os grupos organizados, os movimentos sociais e as entidades da sociedade civil da região fomentando o desenvolvimento de ações de formação e de apoio às organizações comunitárias; implementação de iniciativas comunitárias de geração e melhoria de renda com os projetos alternativos comunitários; apoio às ações de segurança alimentar e nutricional das famílias; capacitação de agentes de mobilização social; participação nos fóruns, articulações e redes de desenvolvimento locais e regionais; estímulo e apoio à comunicação popular; apoio para construção de pequenos

reservatórios de água de chuva; e promoção das pastorais sociais”⁶

A dificuldade de coalizões pelos atingidos para obtenção de uma resposta coletiva, no formato de direitos, e a obtenção de algumas concessões, como auxílio emergencial e indenizações reiteram a lógica de mecanismos de clientelismo que historicamente representam a única forma da população satisfazer suas demandas (CHATTERJEE, 2008). Esta lógica que satisfação de demandas pontuais individuais, não permitem que haja formulação de demandas coletivas e a busca por ruptura.

Putnam (2006) diferencia as ações pautadas em cooperação das relações clientelistas, compreendendo que estas apesar de implicarem em permutas interpessoais e obrigações recíprocas, são relações verticalizadas caracterizadas por obrigações assimétricas e pela dependência e tendem a ser menos eficiente que a ação social pautada na cooperação, pois há maior probabilidade de oportunismo. Destaca ainda que o clientelismo tende a minuar as ações de caráter horizontal ao passo que as relações de cooperação, tendem a se estimularem, uma vez o capital social tem caráter produtivo e tende a se multiplicar com o uso e a diminuir com o desuso.

Segundo Putnam há uma relação entre cooperação e confiança. As pessoas quando não cooperam não o fazem irracionalmente ou por malevolência. Em situações em que não há confiança as pessoas creem ser irracional cooperar para a obtenção de um proveito mútuo, tendo-se o risco de prejuízo pessoal ou a possibilidade de “ser feito de trouxa”. Citando Gametta destaca que “Para que haver cooperação é preciso não só confiar nos outros, mas também acreditar que se goza da confiança dos outros” (Putnam, 2006, p.174)

Tal autor destaca que o capital social facilita a cooperação voluntária e problematiza a que sociedades em que este é deficitário há uma tendência de se apelar para a coerção de terceiro.

⁶ <https://prosas.com.br/empreendedores/10357-caritas-diocesana-de-governador-valadares>

As barreiras à mobilização social verificadas no caso concreto e acentuadas pelo uso de *Alternative Dispute Resolution (ADR)* em conflitos de águas dificultam o processo de empoderamento como um caminho para superação da pobreza e tirania e que requer uma compreensão das relações de poder (ROMANO, 2002, p. 14- 15).

Romano compreende empoderamento como uma abordagem, em que deve-se pensar racionalmente, centrando nas pessoas e as relações de poder o processo de desenvolvimento, e como um processo, “ pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades assumem o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir” (ROMANO, 2002, p. 17). mais de uma

No caso concreto, a despolitização decorrente do modelo de contratualização e pela tecnificação do conflito acabam ocultando as relações de poder. Não só há uma carência de arenas, como há uma implicação de uma mensagem de que cabe a outros, os técnicos, estudar e definir o que deve ser feito. Afasta-se a população do espaço público sob a justificativa de que as decisões seriam técnicas e não políticas, concomitantemente tem-se ações de marketing que pregam a atuação da Fundação Renova como “investimento” de vultuosos numerários para o “desenvolvimento sustentável” da região e um discurso de superação do desastre.

Contudo, aqueles que já estão inseridos em um processo de acumulação de capital social aparentam maior consciência das disputas de poder existentes neste conflito, ao mesmo tempo em que apresentam maior engajamento, atuando na forma de redes sociais. Exemplo disso é Fórum permanente em defesa do Rio Doce, do qual participam as entidades em questão.

Fox (1997) destaca que para o fortalecimento da democracia é necessário um “engrossamento” sociedade civil, mediante sua estruturação em redes sociais amplas e profundas e de organizações relativamente autônomas do estado e amplamente representativa de seus membros e centra sua análise empírica em quando e como os atores sociais locais se tornam capazes de construir ligações horizontais entre si.

Neste caso, apesar de um contexto aparentemente propício a mobilização social em razão da insegurança hídrica e da insatisfação social decorrente, não

ocorreu uma intensa mobilização da sociedade civil, demonstrando que não basta a existência de causas ou um inconformismo pessoal para que ocorra a participação social. Por mais que possuam motivos, a maior parte dos atingidos se mantém inerte e aparentemente resignada, em posição de passividade e sem compreensão das complexas relações de poder existentes.

CONCLUSÃO

Acredita-se que o uso de técnicas empresariais de gestão de conflitos e que o modelo de governança interfederativa adotado permitem não só uma "amortização" dos conflitos com imposição de consensos fictos, mas também dificultaram o processo identitário dos atingidos e o estabelecimento de laços sociais necessários a uma articulação social, levando a uma lógica em que há priorização a satisfação de demandas individuais a soluções coletivas com reconhecimento de direitos.

As soluções vêm sendo apresentadas com um viés precipuamente individualista, como o Programa de indenização Mediada e ao auxílio emergencial, em uma lógica de soluções individualizadas e concessões de fragmentos de demandas. Isso dificulta a construção coletiva de solução e a conquista de direitos, e encadeia uma lógica de relação que beira o clientelismo mas que favorece a imagem das empresas causadoras do dano e da fundação de direito privada criada pois levam a uma aparência de que estas estão agindo na promoção de melhorias sociais com suas exposições alicerçada em quantificação, enquanto estão apenas cumprindo um dever de reparar os danos causados.

Assim, há uma ausência de arenas locais para participação ou realização de demandas e de instâncias de participações no CIF e na Fundação Renova, passando os dissensos a serem amortizados pela contratualização e por meio de uma desqualificação do discurso dos atingidos pelo seu leicismo, marcaram-se as relações de poder em uma tecnização do conflito em que se nega seu elemento político.

Para Fox, a acumulação de capital social "é predeterminada e não pode ser criada através de ação deliberada, estratégia ou mudança institucional no curto prazo histórico" (FOX, 1997). Apesar das divergências quanto a

possibilidade do Estado criar capital social, mostra-se relevante observar que o caminho inverso é possível, isto é, o uso de ações preordenadas de contenção de acúmulo do capital social e de desmobilização, e que isso vem sendo realizado em conflitos de água mediante a adoção de técnicas de resolução negociada, importadas de países centrais.

Também convém destacar a atuação da Igreja Católica na região, que historicamente vem atuando no sentido de fomentar a mobilização social, contribuindo para o acúmulo de capital social de indivíduos participantes de coletividades ligadas a setores populares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, LEONARDO. “Teoria democrática, racionalidade e participação: uma crítica habermasiana ao elitismo democrático”. In: A moralidade da democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1996

BRASIL. Governo Federal, Governo do estado de Minas Gerais, Governo do estado Espírito Santo e as mineradoras Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda. Termo de transação e ajustamento de conduta – TTAC, homologado em 02 de março de 2016. Disponível em: <https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/07/TTAC-FINAL.pdf> .

Acesso em: 22 de novembro de 2018

BENINCÁ, Dirceu. Energia & cidadania: a luta dos atingidos por barragens. Cortez Editora, 2011.

B.[Entrevista não publicada]. Entrevista concedida a Alessandra Dale Giacomini Terra em Governador Valadares (MG) em 2019

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Vol.II, Editora Paz e Terra, 1999, São Paulo.

CHATTERJEE, P. La Nación en tiempo heterogéneo: y otros estudios subalternos. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008

COLEMAN, James S. Social Capital in the Creation of Human Capital in The American Journal of Sociology, Vol. 94, Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure (1988), University of Chicago , 1988, pp. S95-S120

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – CNDH. Relatório sobre o Rompimento da Barragem de rejeitos da mineradora Samarco e seus efeitos sobre o Vale do Rio Doce. Maio 2017

FELDMAN, Tine Rossing; ASSAF, Susan. Social capital: conceptual frameworks and empirical evidence: an annotated bibliography. World Bank, Social Development Family, Environmentally and Socially Sustainable Network, 1999.

FERNANDES, Antonio SA. "O conceito de capital social e sua aplicação na análise institucional e de políticas públicas." XXV ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (2001).

FOX, J. How does civil society thicken? Lessons from rural Mexico, Latin American Studies Program, in EVANS, Peter. State-society synergy: government and social capital in development. 1997.

G.[Entrevista não publicada]. Entrevista concedida a Alessandra Dale Giacomini Terra em Governador Valadares (MG) em 19 de julho de 2018.

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade, p. 303-318, 2012.

NADER, Laura. Harmonia coerciva: a economia política dos modelos jurídicos. Revista

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Revista Estudos Históricos, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

Brasileira de Ciências Sociais, v. 29, n. 9, p. 18-29, 1994

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. editora FGV, Rio de Janeiro, 2006, 260 p.

RENOVA. RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016. Disponível em <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/themes/fundacao-2016/arquivos/relatorioatividades.pdf> (Acesso em 22/11/2018)

ROMANO, Jorge O. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. in Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, p. 9-20, 2002.

STJ. RECLAMAÇÃO Nº 31.935 - MG (2016/0167729-7) RELATORA :
MINISTRA DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª
REGIÃO) .Brasília (DF), 30 de junho de 2016.

SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, socialismo e democracia. Editora
UNESP, 2016.

SVAMPA, Maristella Noemi. Consenso de los Commodities y lenguajes de
valoración en América Latina. 2013.

TERRA, A. D. G.; MIRANDA, N. ; CAMARA, A. A. F. A insegurança hídrica no
município de Governador Valadares (MG): O desastre tecnológico de Mariana e
o campo de disputas na “guerra dos laudos”. 31ª RBA - Reunião Brasileira de
Antropologia. Brasília DF, 2018.

TERRA, A. D. G. ; MIRANDA, N. ; CAMARA, A. A. F. . PROGRAMA DE
INDENIZAÇÃO MEDIADA DA SAMARCO: UM REFLEXÃO SOBRE
RESOLUÇÃO NEGOCIADA EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS. VII
CONINTER - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e
Humanidades, Rio de Janeiro-RJ, 12 a 16 de novembro 2018, ISSN 2316-266X,
nº 6

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos;
LASCHEFSKI, Klemes; SANTOS, Ana Flávia. O desastre da Samarco e a
política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social.
Ciência e Cultura, v. 68, n. 3, jul-set., São Paulo, 2016, p. 36 - 40.

Estado de Minas (online). Mateus Parreiras - Valores divergentes: EM tem
acesso a planilha de indenizações de vítimas da tragédia de Mariana. Disponível
em

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/08/interna_gerais,949965/valores-divergentes-em-tem-acesso-a-planilha-de-indenizacoes-de-vitim.shtml

(Acesso em 22.08.2019)

<https://prosas.com.br/empreendedores/10357-caritas-diocesana-de-governador-valadares>

(Acesso em 15/09/2019)

<https://www.fundacaorenova.org/>